

[CAPA](#) [SOBRE](#) [ACESSO](#) [CADASTRO](#) [PESQUISA](#) [ATUAL](#) [ANTERIORES](#) [NOTÍCIAS](#)
[SUBMISSÃO](#) [POLÍTICA DE ÉTICA](#) [INDEXAÇÃO](#) [CALL FOR PAPERS](#) [CONTATO](#)

Capa > v. 23, n. 54 > **Correia**

doi: 10.4013/ver.2009.23.54.03

O *ethos* jornalístico: da técnica à reflexão crítica
The journalistic ethos: from technique to a critical reflexion

João Carlos Correia
jcfcorreia@gmail.com

Resumo. Durante décadas, o jornalismo foi entendido como uma simples prática profissional (uma ocupação) existir sem a necessidade de uma formação universitária especializada. Neste texto defende-se a formação un como a mais adequada para os desafios e exigências da profissão, recordando-se que a mesma implica uma d crítica em relação às condições concretas do seu exercício. Desta forma defende-se que o *ethos* jornalístico, b: atitude pragmática em relação à realidade, terá de se confrontar também com as exigências críticas que carac saber reflexivo teoricamente orientado. Esta problemática recorrentemente retomada em diversos debates (er profissionalizante versus saber universitário, teoria versus prática, capacidades reflexivas versus competências performativas) relaciona-se directamente com uma reflexão sobre a natureza da profissão.

Abstract. For decades, journalism was seen as a simple practice (an occupation), which could exist without th specialized academic training. In this paper we defend the university as the most suitable way for the challeng demands of the profession, remembering that it implies a critical distance in relation to the concrete condition: professional practice. Thus it is argued that the journalistic ethos, based on a pragmatic attitude towards realit also with the critical requirements that characterize a knowledge theoretically oriented. This problem repeated in various discussions (vocational versus academic knowledge, theory versus practice, reflective capabilities ve performative skills) is directly related with a reflection on the nature of the profession.

Introdução

Durante décadas, o jornalismo foi entendido como uma simples prática profissional (uma ocupação), que pode sem a necessidade de uma formação universitária especializada. Esta situação permaneceu, em numeroso paí

USUÁRIO

Login
Senha
☐ Lembrar usuário

CONTEÚDO DA REVISTA

Pesquisa

Todos ▼

Procurar

- Por Edição
- Por Autor
- Por título
- Outras revistas

IDIOMA

Português (Brasil ▼)

TAMANHO DE FONTE

hoje se continua a dispensar a exigência de qualquer diploma e onde se continua a fazer uma reflexão sobre os caminhos mais adequados sobre essa formação. Tal situação contrasta de forma acentuada com a proposta de Lee Bollinger, presidente da Columbia University que, ao propor a reforma dos estudos jornalísticos na prestigiada Graduate School of Journalism daquela Universidade, defendeu a necessidade de um equilíbrio entre o ensino do jornalismo como profissão e uma formação académica reflexiva, historicamente situada e teoricamente orientada: que neste texto esta opção se afigura como aquela que se considera mais adequada para os desafios e exigências da profissão, importa recordar que a mesma implica uma distância crítica em relação às condições concretas de ensino e profissão. Gera-se, deste modo, mais uma vez, um dilema dirigido ao ethos jornalístico: um *ethos* baseado numa pragmática em relação à realidade terá de se confrontar também com as exigências críticas que caracterizam um reflexivo teoricamente orientado. Grande parte deste dilema, travestido de diversas formas (ensino profissional versus saber universitário, teoria versus prática, capacidades reflexivas versus competências performativas) e em muitos dos debates sobre as necessidades formativas do jornalismo e acaba por se relacionar directamente com o questionamento sobre a natureza da profissão.

A problemática da estandardização de uma base cognitiva comum para a formação de profissionais não está por isso, continuam-se a formular e a renovar certas perguntas: "O que é jornalismo? Em que consiste o trabalho fundamental do jornalista? O que é que um jornalista precisa de saber para poder desempenhar a sua função? do jornalismo existe, ou deveria ser desenvolvida, que possa servir de base ao ensino profissional desta disciplina? tipo de formação é a mais adequada para proporcionar esta aprendizagem? Académica ou profissional/vocacional? outras disciplinas académicas podem contribuir para o ensino do jornalismo? Como se articulam essas disciplinas com a matéria central do jornalismo?" (French, 2006, p. 464).

Conhecem-se as condições que permitem o desenvolvimento de um campo de saberes autónomo numa área científica de estudo considerada necessária ao desenvolvimento de uma profissão especializada: ao lado de uma delimitação epistemológica e da identificação concreta de uma função social decorrente da partilha dos saberes, converge a necessidade de factores como a criação de escolas, institutos e faculdades, o desenvolvimento de instituições especializadas, a emergência de um corpo de académicos e investigadores, o reconhecimento da importância ou da necessidade desses estudos superiores no acesso à profissão, a existência de sociedades científicas próprias, a existência de editoras, revistas e publicações e a manutenção de um relacionamento estável entre a comunidade científica e a comunidade dos profissionais.

Não se pode dizer que este percurso nem a confluência destes factores favoráveis tenha sido seguido ou verificado no jornalismo, ao menos de um modo linear e com idêntica persistência e intensidade em todas as latitudes. Portugal, por exemplo, seguiu um percurso diferente do Brasil nomeadamente no que respeita à importância dos estudos universitários e, particularmente, no que diz respeito ao reconhecimento do título enquanto condição de acesso à profissão. Para isso contribuiu de modo decisivo a inexistência de um relacionamento frutuoso entre a indústria jornalística e a academia. Não existiu "uma prática de diálogo continuado e totalmente isento de ideias preconcebidas, que permitisse "compreender e intervir no fosso entre o universo académico e o universo profissional" (Pinto, 2004, p. 55).

Um pouco por todo o lado, verificaram-se acidentes na profissionalização do jornalismo. Apesar do papel central conferido aos jornalistas pela teoria da democracia, bem identificada na célebre metáfora do "Quarto Poder", o jornalismo tem sido, historicamente, uma profissão pouco prestigiada (Traquina, 2004, p. 27). Segundo Schudson (citado por Traquina, 2004, p. 27), apesar de "os jornalistas na Europa e nos Estados Unidos e noutros locais se terem associado aos ricos e poderosos, nunca foram respeitados por eles". Para esse facto, contribuiu certamente a antiga aura de uma profissão que funcionava para pessoas que não tinham conseguido vingar noutros ofícios, em regime de duplo emprego ou olhada como um passo para atingir um cargo político, não dispendo, por isso, de uma imagem de uma profissão por direito próprio (Traquina, 2004, p. 28-30).

O Dictionnaire Français des Professions (1880), à semelhança de reputadas enciclopédias, comenta: "O jornalismo não é uma profissão no sentido habitual da palavra. É-se engenheiro mesmo quando se não exerce; é-se médico ou advogado mesmo quando não existem clientes. Mas não se é jornalista a não ser quando se escreve no jornal; deixa-se de o ser ao outro dia. Não existe diploma nem certificado. O jornalismo não é uma profissão no sentido habitual do termo". O mesmo Dicionário (citado por Traquina, 2004, p. 37) diz ainda: "(...) o que constitui uma profissão é que uma pessoa a prepara e que terminada esta preparação, toma-a. No jornalismo, não existe aprendizagem, nem diploma nem certificado. Basta haver o acordo do chefe de redacção". A diversidade de circunstâncias e a indeterminação que percorre o acesso à profissão deve-se a um particular desenvolvimento e autonomia do campo jornalístico, o qual foi incapaz de uniformizar, ao

INFORMAÇÕES

- Para leitores
- Para Autores
- Para Bibliotecários

OPEN JOURNAL SYSTEMS

Ajuda do sistema

contrário do que se verificou noutras profissões, os caminhos que permitem aceder ao seu desempenho. A definição do jornalista profissional como alguém que desempenha esta actividade como ocupação principal, a tempo inteiro e remunerada em publicações periódicas, retirando daí o essencial dos seus recursos – uma definição surgida na França e vigente em Portugal – faz com que a definição de jornalismo não se identifique com o desempenho de determinadas competências, mas pelo exercício da actividade num jornal: é jornalista quem obtém emprego numa organização jornalística, assim os mecanismos de acesso à profissão transferem-se do ambiente cultural, científico e profissional para o âmbito socioeconómico (Fidalgo, 2008, p. 73).

Assim, enquanto o engenheiro deveria estudar engenharia, o arquitecto, arquitectura, e o jurista, direito e leis, pensou-se, por vezes, que o jornalista não precisaria de estudar nada de específico, embora se lhe conferisse alguma aura humanística que se traduzia na ideia generalizante e bem pouco definida de que devia ser culto ou, de uma forma mais simplificada, devia ser “possuidor de bagagem”.

Baseadas na comparação com o direito e a medicina, as teorias que analisam o profissionalismo, consideram que uma profissão para existir tem que ter um controlo sobre a base cognitiva da profissão. A característica que melhor define uma profissão é o conhecimento abstracto controlado por grupos profissionais pois só um conhecimento governado por abstracção permite dimensionar novas problemas e novas tarefas. Nesse sentido, é também um recurso estratégico essencial de afirmação da legitimidade da profissão. Na aquisição, aprofundamento e certificação desse conhecimento abstracto, acaba por ter papel essencial o conhecimento académico que tem uma função óbvia de legitimação do trabalho dos profissionais e ajuda ao desenvolvimento de novos diagnósticos e tratamento de problemas específicos. Assim, a existência de uma formação científica em escolas especializadas parece ser um dos critérios que deve ser preenchido para o aparecimento de uma profissão (Fidalgo, 2008, p. 38, 41). Com efeito, a aparição e diferenciação de um campo específico implica a aparição de um grupo de profissionais que dominam uma linguagem especializada e instauram uma diferença em relação aos “não profissionais”. Neste sentido, uma especialização significa autoridade e autonomia (Traquina, 2004, p. 16).

Os problemas do jornalismo são o sem número de caminhos organizacionais que podem conduzir à carreira e a ausência de standardização da base cognitiva necessária para o exercício da profissão. Tais problemas implicam questões de reconhecimento/auto-reconhecimento, de legitimidade e de afirmação do seu poder. Nesse sentido, procede-se a discussão ainda não encerrada em diversos países acerca de quem pode ser jornalista. A afirmação de que não se é jornalista quando se escreve no jornal pode ter como corolário simétrico a conclusão de que basta escrever no jornal para ser jornalista (Correia, 1998, p. 7-8). Esta consideração preocupante terá sempre acompanhado a questão da legitimidade da profissão: um dos riscos é que, numa sociedade extremamente complexa, uma atitude desse género dificilmente proporciona a emergência consistente de um saber reflexivo, isto é, um saber que questione o saber estabelecido e, particularmente, interroge as rotinas solidificadas. Ora, este tipo de saber – que questiona a própria rotina que se instala nas organizações burocráticas em que se pratica a profissão é, provavelmente, um dos mais decisivos, tendo em conta a pluralidade de desafios que se colocam na profissão. Outro risco é o de tornar a discussão sobre a profissão, a gestão dos seus conflitos e a definição dos seus instrumentos conceptuais e das suas práticas, algo que se torna erosivo para a própria identidade da profissão por ser discutido em instâncias de poder e de saber que lhe são alheias. Ora, qualquer profissão, no processo estratégico da sua afirmação, necessita de uma certa dose de auto-referencialidade, isto é da construção de critérios próprios legitimamente aceites.

Academia e indústria: equívocos e desencontros

Grande parte do escasso desenvolvimento dos estudos jornalísticos, que durante anos se verificou em Portugal, foi acompanhado por uma intensa falta de diálogo entre a academia e as associações representativas dos profissionais, que se traduziu em momentos de alguma tensão, em que tais organizações pareceram claramente afastar-se de qualquer exigência clara no que respeita ao desenvolvimento de estudos de nível universitário. “Do lado da academia, proposições do tipo “não há nada mais prático do que uma boa teoria” ou “a teoria é mais importante do que a prática” constituem argumentos que servem, frequentemente, para acentuar a dissociação existente entre as duas esferas. Por outro lado, proposições como aquela que repete que “os cursos de jornalismo são excessivamente teóricos e desfasados do universo profissional”, com a ideia associada de que “a verdadeira escola de jornalismo é a experiência e a tarimba”, constituem o outro extremo que dificulta o desenvolvimento de pontes de comunicação” (Pinto, 2004, p. 58).

As circunstâncias que envolveram o extremar destas posições fizeram com que o jornalismo se mantivesse durante décadas confinado a um estatuto marginal sistemático no seio da academia sendo muitas vezes olhado como um espaço

fechado à reflexividade crítica do saber universitário, lugar de aprendizagem das técnicas que não equacionava a produção de investigação ou de saber novo enquanto elemento integrante das necessidades de formação.

A prática profissional tornou-se o método privilegiado de aprendizagem e durante décadas acreditou-se que essa prática deveria exigir pouco mais do que o domínio de determinadas técnicas e um conjunto de normas deontológicas legitimadas entre os pares e demais sectores sociais.

Ignorou-se, por completo, um olhar sobre o jornalismo que o reflectisse como campo de ensino especializado, remetendo-se o conhecimento jornalístico, no fundo, para um tipo de conhecimento empírico obtido por osmose nas redacções, dispensado de reflectir sobre as suas práticas, sobre o desenvolvimento de novas teorias e metodologias: os estudos jornalísticos foram olhados sempre com desconfiança por jornalistas profissionais que percorreram o seu caminho através de um saber de experiência feito e observavam de soslaio os que reivindicavam a necessidade da formalização de um conhecimento especializado de nível universitário. Escassas vezes se pensou na formação de um campo epistemológico especializado que identificasse, na prática jornalística, um objecto legítimo que implicasse o desenvolvimento de reflexões adequadas e de metodologias especificamente direccionadas.

Uma parte considerável desta problemática resulta obviamente de uma ausência de relacionamento entre a profissão e a academia. A legitimidade de uma profissão assenta também numa formação longa controlada pela elite da profissão. A existência de escolas de medicina, de engenharia ou de direito está associada ao esforço dos seus profissionais que reconhecem aquelas instituições e as formas de ensino que lhe estão associadas como um produto da necessária estandardização da base cognitiva necessária à afirmação de uma profissão. No caso do jornalismo, acontece que, por vezes, como sucedeu em Portugal, o surgimento de escolas de formação não está associada ao esforço de profissionais mas de académicos que decidem aplicar domínios epistemológicos pré-existentes: Ciências Sociais e Humanas, Letras e Humanidades e Ciências da Comunicação. Obviamente, os profissionais sentem dificuldades em aceitar a distanciação crítica que qualquer saber universitário implica porque a mesma lhes é proposta a partir de fora, classificando-a, de forma generalizadora, como uma deriva abstracta e especulativa. Os académicos acentuam a importância dessa distância porque é nela que se funda uma parte da sua legitimidade, relativizando a importância dos saberes que se fundamentam interiorização de meras práticas profissionais por estes dispensarem a sua intervenção.

Debates e interrogações

Em meados dos anos 90, os participantes do 3º Congresso dos Jornalistas Portugueses, confrontados com o acesso de numerosos jovens à profissão e com a sucessão geracional que se verificava no interior da classe, debruçaram-se sobre o problema e lançaram, um tanto tardiamente, grande parte do seu discurso sobre a identidade da classe e em especial dos temas: como se aprende a profissão? Quais as condições que é necessário preencher para que se possa dizer que se é oficial de tal ofício? Será que só é jornalista quem escreve nos jornais? Como é que se forma um jornalista? Se é a situação profissional que o define – exercida a tempo inteiro e remunerada, como ocupação principal – então será que todos os que escrevem nos jornais e deles retiram os seus proventos maioritários são, por definição, jornalistas? Ou, pelo contrário, ser jornalista pressupõe a adopção de um certo estilo e de técnicas narrativas e de recolha de dados, de metodologias, de princípios e de saberes específicos que impliquem a padronização de um corpo de conhecimentos especializado?

De uma forma talvez caricatural, pode-se dizer que, de um lado, se posicionaram os defensores da boa "tarimba", que acreditavam que o talento jornalístico não poderia ser ensinado nas academias já que a experiência, desvelada mãe de todos os saberes, forneceria os elementos essenciais aos profissionais para exercerem o seu mester com arte e sabedoria. Do outro, surgiam os académicos que afirmavam que sem uma cuidada preparação ética, deontológica, filosófica, sociológica, cultural e técnica, o jornalista não estaria preparado para exercer a sua profissão. De certa forma, a dependência dos Estudos Jornalísticos das Ciências Sociais, das Letras e das Humanidades gerou um efeito de desconfiança que produziu reflexos corporativos aos quais não foram alheios a presença continuada de um elevado número de profissionais com baixas habilitações literárias. Como realçam Mário Mesquita e Cristina Ponte (1996-1997), "a localização dos cursos nessas escolas teve, naturalmente, a consequência positiva de assegurar um sólido enquadramento no domínio das ciências sociais e humanas e uma garantia de autonomia perante tropismos corporativos que poderiam conduzir a um ensino puramente profissionalizante e empirista. Em contrapartida, verificou-se um excessivo alheamento das problemáticas teórico-práticas do jornalismo e instaurou-se um clima de desconfiança mútua entre as instituições académicas e o meio profissional dos jornalistas."

O que se tornou mais impressionante em algumas das referências feitas no Congresso dos Jornalistas Portugueses em relação à formação exigida foi a exaltação de uma certa prática do jornalismo que remete para um "ontem" melhor do que "o hoje". A aprendizagem por osmose na sala de redacção através do acompanhamento do chefe de redacção ou do colega de tarimba era colocada não apenas numa posição mais favorável do que a aprendizagem efectuada junto do docente universitário do Curso de Comunicação ou Jornalismo como, em última instância, com algumas excepções, era inclusive entendida como única e nem sequer complementar da outra.

A discussão sobre a formação jornalística em Portugal é antiga. Do 1º Boletim do Sindicato dos Trabalhadores de Imprensa (1926) já constava a proposta de criação de uma Escola Superior de Jornalismo que, ao tempo, mereceu o seguinte comentário do director do jornal Comércio do Porto: "Da mesma forma que não há escola de poesia também não há escolas de jornalistas". Em 1941, o Sindicato Nacional de Jornalistas entregou um projecto de um Curso de Formação Jornalística, justificado pela necessidade de "promover, de maneira decisiva, a valorização profissional dos jornalistas bem como o seu nível de cultura para os limites exigidos para a missão que desempenha".

Finalmente, em fevereiro de 1970, uma delegação de uma direcção sindical apresentou a proposta de criação do Ensino Superior de Jornalismo. A criação do ensino universitário de jornalismo identificava-se com uma reivindicação progressista em larga medida, com a defesa da própria liberdade de expressão e com alguns ventos de mudança que perpassavam então pela sociedade portuguesa e se reflectiam no campo jornalístico. Porém, só em 1979 surgiria, na Universidade Nova, a primeira licenciatura em Comunicação Social. No ano seguinte, surgiu outra licenciatura com idêntica designação no Instituto Superior de Ciências e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa e a Universidade Católica Portuguesa iniciou os seus primeiros Cursos de Ciências da Informação configurados como pós-graduações destinadas a pessoas possuidoras de formação universitária ou a profissionais de jornalismo com mais de cinco anos de experiência. As propostas formativas emergentes entre finais dos anos 70 e 80 fizeram a sua aparição enquanto Cursos de Comunicação Social ou de Ciências da Comunicação integrados em escolas, faculdades ou institutos preferencialmente ligadas às ciências sociais e humanas, com uma acentuada valorização das componentes histórico-filosófica, linguística, sociológica e tecnológica (Pinto 2004, p. 51- 53).

No início dos anos 80 surgem o Centro de Formação dos Jornalistas do Porto (1983) e o Centro Protocolar de Formação de Jornalistas (Cenfor), expressão de um descontentamento com o ensino universitário do jornalismo.

Finalmente, nos anos 90, surgem os cursos especificamente designados como de jornalismo, a explosão de cursos de jornalismo no ensino politécnico e, finalmente, o aparecimento e expansão de uma série de formações pós-graduadas em jornalismo.

A partir de 2005 teve lugar o processo de revisão das carreiras universitárias de forma a adaptarem-se aos objectivos do Tratado de Bolonha, o qual visa a harmonização do Ensino Superior no espaço da União Europeia. Presentemente, existem em Portugal dez cursos universitários públicos, seis cursos universitários privados, nove cursos politécnicos públicos e nove cursos politécnicos privados na área de Ciências da Comunicação/Jornalismo. Há uma demarcação do ensino em jornalismo em algumas licenciaturas e, sobretudo, no ensino pós – graduado (ao nível de mestrado).

Verifica-se também o aumento da produção científica sobre o jornalismo, com linhas de investigação significativas e editoras particularmente direccionadas para jornalismo. Finalmente, o Grupo de Trabalho de Jornalismo e Sociedade da Sociedade Portuguesa de Comunicação destaca-se como o que maior número de inscrições de trabalhos regista nos congressos da SOPCOM.

Apesar de o mercado de trabalho disponível começar a evidenciar uma preferência acentuada pelos graduados e pós-graduados em comunicação ou jornalismo e apesar de uma relativa maior aproximação entre a academia e o exercício da profissão, o actual Estatuto do Jornalista vigente em Portugal não identifica qualquer espécie de habilitação especial para se ser jornalista: "São considerados jornalistas aqueles que, como ocupação principal, permanente e remunerada, exercem com capacidade editorial funções de pesquisa, recolha, selecção e tratamento de factos, notícias ou opiniões, através de texto, imagem ou som, destinados a divulgação, com fins informativos, pela imprensa, por agência noticiosa, pela rádio, pela televisão ou por qualquer outro meio electrónico de difusão" (Artº 1º Ponto 1). São também considerados jornalistas "os cidadãos que, independentemente do exercício efectivo da profissão, tenham desempenhado a actividade jornalística em regime de ocupação principal, permanente e remunerada durante 10 anos seguidos ou 15 interpolados, desde que solicitem e mantenham actualizado o respectivo título profissional" (Artº 1º, ponto 3). Tal título, denominado carteira

profissional de jornalista, é condição fundamental para o exercício da profissão em Portugal, sendo emitido e renovado pela Comissão da Carteira Profissional de Jornalista (Artº 4º, ponto 1).

No que concerne ao acesso ao título profissional, a única condição é o candidato ser maior de 18 anos e estar no pleno gozo dos seus direitos civis (Artº 2º). Em termos de habilitações literárias, verifica-se uma ausência de quaisquer referências a exigências podendo deduzir-se da lei geral que é exigida a escolaridade mínima obrigatória. A profissão inicia-se com um estágio obrigatório. Este tem “a duração de 12 meses, em caso de licenciatura na área da comunicação social ou de habilitação com curso equivalente, ou de 18 meses nos restantes casos”(Artº 5, ponto 1). Numa interpretação estrita dos termos legais, que enquadram o exercício da profissão, não se verificam quaisquer incentivos de monta para a busca de conhecimentos universitários como fundamento do saber jornalístico: a duração do tempo de estágio é a única diferença visível existente entre candidatos com níveis de habilitação tão distintos como a escolaridade mínima obrigatória e o mestrado.

Recentemente, o Governo esteve disposto a propor a licenciatura como habilitação mínima de ingresso na profissão jornalística, mas esse ponto foi alterado devido, nomeadamente, à oposição do sindicato dos jornalistas. Apesar de tudo, 60,3% dos jornalistas é detentor deste grau de ensino, sendo 34% licenciados em comunicação ou jornalismo (Canavilhas, 2009). Desta forma, gera-se uma perplexidade que deve ser matéria de reflexão: o mercado de emprego sanciona de forma positiva a licenciatura em comunicação/jornalismo, mas a comunidade de representantes dos profissionais continua a manter dúvidas substanciais sobre essa necessidade.

Transformações do jornalismo: desafios de formação

Apesar de tudo, multiplicam-se as vozes no sentido de que haverá que encontrar formas de articular a formação académica com as exigências legais de acesso à profissão. Nesse sentido, há um reconhecimento por parte de um número crescente de jornalistas da necessidade de ultrapassar os sucessivos impasses que têm impedido essa articulação. Da mesma forma, regista-se um maior cuidado das academias em fornecerem uma formação especializada, a qual embora não se reduza, obviamente, a uma orientação estritamente profissionalizante, seja, todavia, capaz de produzir competências profissionais acompanhadas de saber reflexivo, sem se perderem na famosa deriva abstracta e especulativa. Da mesma forma, existe um número cada vez mais significativo de profissionais reconhecidos que começam a leccionar na Academia, fazendo os respectivos trajectos no jornalismo e no seu ensino. Esta situação evolui em simultâneo com a consciência da necessidade de pensar a profissão, num mundo onde se generalizam as permanentes mudanças e perplexidades que se constituem como desenvolvimento desta actividade profissional.

Com efeito, o jornalismo desenvolve-se como um campo marcado por importantes transformações.

Uma primeira transformação resulta do aproveitamento jornalístico da internet como meio de difusão, o qual conduziu a transformações nos restantes meios através, nomeadamente, da sua imigração para a rede. Simultaneamente, a internet configurou-se como uma ferramenta de recolha de dados e de informações, gerando, também, interactividade com fontes e receptores. Por outro lado, permitiu o aparecimento de actividades parajornalísticas (como a produção de blogs) que têm produzido um forte impacto no modo como se pensa a profissão. A internet transformou as condições de agendamento e de selecção da informação e destronou o jornalista do seu papel de detentor quase absoluto do monopólio dessa mesma selecção. Finalmente, aumentou a segmentação da informação e despertou a possibilidade de formas de consumo e de recepção cada vez mais personalizados (Sousa, 2004, p. 1-2). As novas tecnologias reconfiguram as linguagens, as técnicas e as rotinas: saberes de procedimento (como agir para conseguir uma notícia ou lidar com uma fonte?) e de narração (como se redige para a pluralidade de plataformas disponíveis: papel, internet, telemóveis, etc?) sofrem mutações importantes. A proliferação de plataformas e a segmentação de canais abrem o campo importante dos jornais especializados.

A digitalização do sector é mais um desafio que solicita ao jornalismo e aos jornalistas um especial cuidado na compreensão do lugar de onde fala: a análise das condições de enunciação implica não apenas o nível tecnológico e aconselha que o jornalista não se transforme num McGyver alucinado que contempla gadgets resplandecentes.. Um certo mcluhanismo apressado tem servido de ideal justificador de uma subordinação da formação jornalística às transformações tecnológicas e às consequentes necessidades do mercado de emprego. Na época do capitalismo cognitivo, o pensamento e o estatuto dos intelectuais sofreu uma mudança radical constatando-se um fenómeno de proletarianização que fere as universidades, o ensino, os professores e os media. (Correia, 2007, p. 11). Esta transformação estrutural da economia e da sociedade traduz-se num centramento cada vez mais insistente na aquisição de competências performativas em detrimento

de competências reflexivas. Esta ênfase nas competências performativas segue, muitas vezes, um percurso unilateral e redutor que, no caso do jornalismo, é justificado ideologicamente pela mudança de paradigma introduzido pelas novas tecnologias. No limite, a formação jornalística é uma questão de aprender a usar ferramentas para produzir conteúdos. Neste sentido, há toda uma concepção de profissão que se alimenta da ideologia tecnocêntrica. É evidente que é necessário saber como funcionam os aparelhos, mas interessa não perder de vista para que servem, quando se utilizam e porque se utilizam. O problema da mediação deve ser questionado na sua natureza, nas relações sociais que o determinam e configuram, no que respeita aos processos de relacionamento social que originam, quanto às transformações que produzem no desempenho da profissão.

Embora ser polivalente no desempenho de tarefas e ser dotado de competências multimidiáticas seja para qualquer jovem jornalista uma necessidade, esta evidência não dispensa o saber humanístico e a competência crítica, elementos que são diferenciadores do saber universitário e devem integrar o saber jornalístico. A imagem descarnada do produtor de conteúdos, um termo que parece extremamente redutor e uniformizador, desconsiderando as especificidades da profissão jornalística, é a manifestação de uma forma de unidimensionalidade da razão que se instala um pouco por toda a sociedade: a dependência exclusiva da aquisição da competência performativa cerca sobretudo aquelas profissões que se revelam mais frágeis na sua afirmação e, consequentemente, mais frágeis nos seus direitos e na sua autonomia.

Uma segunda grande transformação faz-se sentir através de uma enorme pressão no sentido da concentração da propriedade. Nos nossos dias, a tendência inclui globalmente a constituição de grupos multimédia, nos quais as empresas procedem a investimentos simultâneos na televisão, rádio, imprensa e multimédia. A concentração da propriedade dos *media* pode induzir ameaças significativas ao pluralismo jornalístico; impor-se como um constrangimento à diversidade e como uma compulsão para a uniformização e redução de conteúdos; além de gerar fenómenos de auto-censura e uma maior sujeição dos jornalistas às directrizes empresariais, quer em matéria de conteúdo quer de políticas de gestão dos recursos humanos (Sousa, 2004, p. 2).

Desde os anos 80 que se verifica a reentrada em cena dos grandes grupos económicos, gerando uma grande actividade financeira traduzida por fusões e aquisições e cruzamentos de acções. As novas alterações estruturais da indústria mediática conduziram ao grande aumento do custo de produção, devido à necessidade de reconversão tecnológica; necessidade de grandes investimentos na área do marketing, promoção e publicidade, segmentação da oferta e instauração de uma concorrência feroz (Correia, 1997, p. 70). Verificam-se, na área da informação, necessidades crescentes de integração multimedia em outros sectores das indústrias culturais para potenciar as possibilidades de promoção recíproca e induzir retornos rápidos do investimento. Estas alterações traduziram-se numa luta desenfadada pelas audiências com o aumento das *soft news* e também numa redução significativa de custos em detrimento dos recursos humanos destinados a outro tipo de informação, assim como na concentração de um número maior de tarefas num número menor de trabalhadores. A questão que se levanta na integração em grandes cadeias e conglomerados tem a ver com o efeito que a necessidade de retorno de investimento tem sobre o jornalismo praticado. Quanto mais lucro a firma exige, menos dinheiro disponível existirá para ser dispendido em jornalistas e cobertura noticiosa e mais delegações serão encerradas.

Torna-se interessante verificar algumas das consequências que resultam dos fenómenos de abertura total ao mercado. Estes fenómenos conduzem a uma oferta padronizada e homogeneizada, que atende às necessidades de uma criação de produtos que satisfaçam expectativas e necessidades do maior número. Graças a esta tendência, informação, publicidade e entretenimento fundem-se num único objecto.

O jornalismo é mais do que as empresas de jornalismo: é um olhar particular sobre o mundo que requer o estabelecimento de um contrato com os seus públicos. Logo, o sucesso do jornalismo terá que ser mais do que a eficácia das empresas e da criação de um produto, resultantes da afirmação unilateral de uma única dimensão da racionalidade, a racionalidade instrumental e finalista. Toda a problemática há muito levantada pela Teoria Crítica – com destaque para a Escola de Frankfurt – em torno da standardização dos produtos culturais resultantes da penetração do pensamento administrativo no seio da cultura pode, com as devidas reservas devidas ao tempo e ao modo, serem lembradas.

Uma terceira grande transformação verifica-se, pois, na própria natureza das mensagens liminarmente reduzidas a conteúdos da indústria, as quais conhecem uma tabloidização acentuada, uma fusão acentuada com o entretenimento e um aligeiramento de conteúdos. Ao longo desta linha de transformações há que reconhecer a existência de um importante eixo económico que constrange a qualidade da cidadania: "(...)A pobreza do debate e a fragilização da democracia revelam-se nas discriminações ideológicas, políticas, económicas, sociais, culturais, étnicas, geográficas e outras; no consenso

(expresso na maioria dos editoriais, na escolha dos colunistas e comentadores externos, etc.) sobre os grandes temas da actualidade nacional e internacional e na menorização ou silenciamento das opiniões discordantes; na desvalorização das diferenças, dos grupos minoritários, dos trabalhadores e das suas organizações; (...) a concepção da informação como uma mercadoria que é preciso vender depressa e bem, leva ao predomínio não só do sensacional, mas também do curto, rápido e simples, do superficial e facilmente digerível, reflectindo a tendência para a supremacia dos valores comerciais sobre os valores jornalísticos. (Correia, s/d).

Um dos problemas que urge ter em conta é a possibilidade de estas transformações gerarem movimentos de desprofissionalização e de proletarização do exercício do jornalismo. A desprofissionalização seria, segundo Marie Haug, (citada por Fidalgo, 2008: 53) resultaria do conjunto de factores como sejam a evolução tecnológica que torna mais acessível e difundido o conhecimento (já não só aos iniciados mas também aos leigos o que é manifestamente visível em movimentos como o jornalismo cidadão); a revalorização progressiva dos saberes empíricos, susceptíveis de serem aprendidos por pessoas sem formação académica; a crescente especialização dos domínios profissionais; a crítica crescente, por parte dos consumidores ao elitismo, à impunidade e à mercantilização de muitos profissionais e as reivindicações progressivas de clientes no sentido de uma maior participação nas decisões dos próprios profissionais.

Numa relação verdadeiramente profissional, o trabalhador, porque possui o *background* teórico, dispõe do monopólio na formação do juízo e o cliente não pode fazer o diagnóstico nem propor a solução para o seu problema. Quando uma ocupação caminha na direcção da profissionalização, uma das suas aspirações é adquirir este monopólio. Entre os poderes associados ao exercício de formação está o exercício do controlo sobre os mecanismos de formação e instrução, isto é os mecanismos que se associam à aquisição das competências que permitem exercer o seu juízo e o seu parecer, aplicar o seu saber, em condições de monopólio (cf. Traquina, 2004: 46). Neste sentido, uma das propostas de reforma do jornalismo que recentemente tem adquirido adeptos – o Jornalismo do Cidadão – pode ser a expressão prática e intelectual de tendências que promovem a desprofissionalização ao insistir numa espécie de dicotomia entre os jornalistas e o público que se configura como um confronto entre “nós” (os cidadãos sensibilizados para a comunicação livre e sem restrições) e “eles” (os jornalistas enquanto adversários ou obstáculos a essa liberdade, descritos como confinados a procedimentos rígidos e ciosos da sua posição de “privilégio” como detentores da informação) (cf. Moretzsohn, 2007: 264). Gillmor (2004) assume a existência de uma dicotomia entre a passividade do público no modelo tradicional do *broadcast (one-to-many)*, e o modelo de *“thinking network” (many-to-many)* característico dos blogs e outras manifestações próprias da Internet. Daqui surge o conceito de prosumidor, híbrido de produtor e consumidor. Assim, considera-se que, com a Internet e o jornalismo cidadão “a venerável profissão de jornalista encontra-se num momento raro da sua história no qual, pela primeira vez, a sua hegemonia como *gatekeeper* de notícias está ameaçada não apenas por novas tecnologias e novos concorrentes mas, potencialmente, pela própria audiência a que serve” (Bowman e Willis, 2003: 7).

Outro movimento seria a proletarização, um processo em que as condições de trabalho conduzem numerosas profissões à condição de assalariados, e que se verificaria nas próprias profissões estabelecidas exercidas em regime liberal (médicos, engenheiros, advogados). Esta proletarização implica o declínio de competências e qualificações dos profissionais e da sua autonomia de trabalho, graças a um processo em que pela fragmentação, desqualificação e rotinização das actividades profissionais, os trabalhadores tornar-se-iam cada vez mais meros executantes (cf. Fidalgo, 2008: 56).

Estas tendências seriam particularmente visíveis no campo dos jornalistas, gerando debates há muito enraizados no seio desta profissão. A evolução tecnológica permitiu o surgimento de actividades parajornalísticas, ferindo o tradicional monopólio jornalístico, no tratamento, recolha e difusão de informação noticiosa sobre a actualidade. Simultaneamente generalizou-se as situações em que as fontes se dirigem directamente ao público, prescindindo da intermediação dos jornalistas e as situações em que o público acede, ele próprio directamente, às fontes (cf. Fidalgo, 2008: 60).

A identificação destas transformações implica um olhar crítico em que se parte do pressuposto de que a forma como os jornalistas são formados não é um problema exclusivo dos jornalistas mas, antes, da sociedade em geral. Logo, a problemática do jornalismo não é apenas um problema que diz respeito ao jornalismo e aos jornalistas. Diz respeito a questões centrais da legitimidade democrática e da convivência cívica. Acreditamos, pois, que o jornalismo é crucial para a democracia, logo a forma como os jornalistas aprendem como exercer a profissão é um assunto que diz respeito à esfera pública.

A complexidade crescente das sociedades exige outros saberes que permitam ultrapassar a “digníssima tarimba”, cuja exaltação se confunde aliás, com a ideia que de «o competente produtor de conteúdos» será apenas uma espécie de técnico multimédia nem sequer necessariamente demasiado culto – a cultura poderá tornar-se indutora de uma incómoda

atitude problematizante. Antes se exigem, da parte de um certo sector identificado com específica visão do jornalismo que o reduz a sua natureza de indústria, jovens eficazes e pró-activos, convenientemente instigados pelo risco permanente da instabilidade laboral, conhecedores competentes de informática os quais prescindirão de um saber hermenêutico crítico, de uma capacidade de leitura da realidade para eficazmente a saberem «reproduzir». No limite, o jornalismo conformar-se-á com uma atitude natural e com o exercício de um profissionalismo anónimo, que se traduz na aplicação de rotinas pré-estabelecidas.

Gaye Tuchman (1978) mostrou que os jornalistas usam esquemas classificatórios de forma a reduzir a contingência intrínseca ao trabalho noticioso, transformando ocorrências idiossincráticas verificadas no dia-a-dia em materiais que podem facilmente processados e divulgados. Assim, gera-se uma espécie de cristalização da experiência que assegura celeridade e eficácia ao desempenho profissional. Analisando a linguagem jornalística, detecta-se um conjunto de procedimentos, fórmulas discursivas, técnicas narrativas e descritivas que se repetem, parecendo, de certo modo, ser os acontecimentos que aderem a fórmulas narrativas pré-existentes e não o inverso.

Um dos problemas desta mecanização da linguagem dos *media* é o ser facilmente associada a fenómenos como sejam a simplificação arbitrária dos acontecimentos; a generalização de estereótipos; o exercício de um constrangimento oculto muitas vezes associado ao funcionamento anónimo da organização e do grupo sobre a criatividade individual e a capacidade iniciativa dos jornalistas. A formação universitária dos jornalistas tem que incluir saberes que desenvolvam no *ethos* profissional do jornalista a capacidade de pensar reflexivamente sobre as suas práticas não por um culto estéril da observação mas pela necessidade de reinventar tais práticas, mudando-as de forma a que estas se tornem mais atentas às fenómenos periféricos, menos dependentes de enquadramentos rotineiros, mais sensível às vozes diversificadas de um universo cada vez mais fragmentado e plural. Neste sentido, os movimentos de reforma do jornalismo mais comprometidos com a deliberação democrática, como por exemplo o jornalismo cívico, desenvolvem metodologias que permitas redacções ficarem menos dependentes de uma hierarquia de definidores primários que enquadram ideologicamente o processo de construção social da realidade (Tanni Hass, 2007). Os jornalistas têm de se confrontar com pensamento novo sobre o jornalismo, para poderem re-avaliar e re-orientar práticas e experiências descobrindo formas de equacionar e representar a realidade. Este pensar crítico não é uma deriva especulativa estéril: recorre a competências específicas e a metodologias próprias.

Lee Bollinger que presidiu à *Task Force* que analisou a reforma da Columbia Journalism School, defendeu que as escolas de jornalismo deverão saber manter a necessária «distância» das condições concretas de exercício da profissão, para poderem manter uma perspectiva independente em relação ao exercício do jornalismo. A lógica de uma formação integral continua a exigir que os novos profissionais tragam consigo um saber delimitado e específico mas igualmente universalista e crítica: em suma, um saber de Universidade, suficientemente crítico para não se esgotar na pura formação profissional, suficientemente ágil para não se reduzir ao academismo estéril e alheio à vida.

Conclui-se assim que perante fenómenos complexos e imbricados entre si como sejam as transformações económicas, tecnológicas e de conteúdo, se erga uma necessidade de a aquisição de novos saberes teórico-metodológicos transponíveis, adaptáveis às novas circunstâncias, a novos contextos profissionais e organizacionais. Uma componente essencial da renovação dos saberes implica uma articulação cuidadosa entre a reflexão crítica e a aquisição de competências profissionais pelo que se torna pertinente equacionar a articulação entre disciplinas teóricas e disciplinas práticas (cf. Pinto, 2004: 59). Uma visão unilateral e determinista da formação assente na ausência de relacionamento entre dois mundos pode inibir o desenvolvimento de processos reflexivos e críticos ao nível das práticas e, ao mesmo tempo, simetricamente, tornar a reflexão prática, irrelevante, estéril e carente de sentido.

Como se expressa provavelmente uma tal formação? Provavelmente, na co-existência de disciplinas crítico – conceptuais dirigidas para a análise e investigação sobre a área (Teoria da Notícia, Análise do Discurso da Imprensa, História da Imprensa), disciplinas prospectivas orientadas para a compreensão das dinâmicas em que se desenvolve o exercício das práticas jornalísticas (Jornalismo e Inovação ou Novos Jornalisismos, duas designações para o mesmo conteúdo em Espanha e Portugal; Jornalismo Comparado, Jornalisismos Especializados), disciplinas de orientação metodológica (quantitativa e qualitativa) e disciplinas de recorte laboratorial e experimental (Ateliers e Oficinas de Expressão, Técnicas de Redacção Jornalística, Géneros Jornalísticos etc.). Porém uma articulação deste jaez com as necessárias complementaridades e interacções indicia uma clara opção universitária.

Tendencialmente, parece cada vez mais difícil pensar o ensino do Jornalismo sem a Universidade. Os passos atrás nesta opção parecem dificilmente sustentáveis do ponto de vista dos desempenhos da profissão, da sua legitimação social, da

sua relevância cívica. O ensino do jornalismo passará por uma alquimia de bom-senso entre a Academia e os diferentes sectores envolvidos no desempenho profissional: profissionais e organizações representativas e empresas. Dificilmente se obterá um consenso pois se suspeita que as discussões epistemológicas não são imunes às relações sociais e de poder. Todavia, suprimir um dos lados da equação, declarando-o irrelevante revela cegueira e incapacidade de compreender as facetas múltiplas da formação jornalísticas. Não atribuir relevo a formação académica e universitária no acesso à profissão significa regressar ao século XIX, antes de a autonomia do campo jornalístico determinar que este era uma profissão que não se reduz a um talento natural e ao autodidactismo. Neste sentido, o ensino universitário do jornalismo será também o ensino dirigido para uma leitura crítica da experiência. Esta é uma exigência social que transcende a problemática corporativa – a qual pelo contrário, por vez se ilude na reprodução prazenteiras das técnicas metamorfoseadas em rotinas – para se erguer ao estatuto de uma reclamação cívica.

¹Professor da Universidade da Beira do Interior, Portugal. E-mail jfcorreia@gmail.com

For decades, journalism was seen as a simple practice (an occupation), which could exist without the need for specialized academic training. In this paper we defend the university as the most suitable way for the challenges and demands of the profession, remembering that it implies a critical distance in relation to the concrete conditions of professional practice. Thus it is argued that the journalistic ethos, based on a pragmatic attitude towards reality, will deal also with the critical requirements that characterize a knowledge theoretically oriented. This problem repeatedly taken up in various discussions (vocational versus academic knowledge, theory versus practice, reflective capabilities versus performative skills) is directly related with a reflection on the nature of the profession.

BOWMAN, S. and WILLIS, C. 2003. We Media: how audiences are shaping the future of news and information. The Media Center at the American Institute, 65p. Acessado em: 03/03/2009, disponível em: http://www.hypergene.net/wemedia/download/we_media.pdf

CANAVILHAS, J. 2009. O ensino do Jornalismo em Portugal. *Estudos em Comunicação*, 6 (no prelo).

CORREIA, F. 1997. *Os jornalistas e as notícias*, Lisboa, Editorial Caminho, 286 páginas.

CORREIA, F (s/d), Jornalismo em Portugal. Acessado em: 21/10/2009, disponível em: http://resistir.info/portugal/fcorreia_jornalismo.html

CORREIA, J. C. 1998. Algumas Reflexões sobre a Importância da Formação Universitária dos Jornalistas. *BOCC*. Acessado em: 22/10/2009, disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-formacao-universitaria-jornalistas.pdf> pp 1-8

CORREIA, J.C. 2007. Apresentação. In: J. FERREIRA; E. VIZER. *Mídia e Movimentos Sociais: Linguagens e colectivos em acção*. São Paulo, Paulus, p. 9-19.

FRENCH, N. 2006. Competing Discourses of Journalism Education. In: IAMCR 25th Conference Proceedings. Cairo, p. 458-465

GILLMOR, D. 2004. *We the media. Grassroots Journalism by the People, for the People*. Stanford, O'Reilly, 320p

HAAS, T. 2007. *The Pursuit of public journalism: theory, practice and criticism*. Londres, Routledge, 254p.

MARINHO, S. 2003. Reflexão sobre a necessidade de um novo paradigma para o ensino do Jornalismo: o caso da Universidade de Columbia. Acessado em: 21/10/2009, disponível em: http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/6102/1/MarinhoS_universidadcolumbia_06.pdf

MESQUITA, M. e PONTE, C. 1997. Situação do Ensino e da Formação Profissional na Área do Jornalismo. Acessado em: 21/10/2009, disponível em: <http://www.labcom.ubi.pt/~bocc/pag/mesquita-mario-ponte-cristina-Cursos-Com3.html>

MORETZHON, S. 2007. *Pensando contra os factos. Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao sentido crítico*. Rio de Janeiro, Revan, 302 páginas.

PINTO, M. 2004. O ensino e a formação na área do jornalismo em Portugal: crise de crescimento e notas programáticas. *Comunicação e Sociedade*, 5(1):49-62.

SOUSA, J.P. 2004. Desafios do ensino universitário do jornalismo ao nível da graduação no início do século XXI. Acessado em: 21/10/2009, disponível em http://bocc.ubi.pt/pag/_texto.php3?html2=sousa-jorge-pedro-desafios-do-jornalismo.html.

TRAQUINA, N. 2004. *A Tribo Jornalística*. Lisboa, Editorial Notícias, 206 páginas.

TUCHMAN, G. 1978. *Making News*, New York, Free Press, 244 páginas.



ISSN: 1806-6925 - **Melhor visualizado no Mozilla Firefox**



Este trabalho está licenciado sob uma [Licença Creative Commons Attribution 3.0](https://creativecommons.org/licenses/by/3.0/)

São Leopoldo, RS. Av. Unisinos, 950. Bairro Cristo Rei, CEP: 93.022-000. Atendimento Unisinos +55 (51) 3591 1122

Projeto Gráfico: Jully Rodrigues

